

MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO: CAMPINAS, 1765 – 1850.

Paulo Eduardo Teixeira*

Palavras-chave: povoamento; mulheres; chefes de domicílio; escravidão.

1 – INTRODUÇÃO.

Em 1765 foi restaurada a autonomia administrativa da Capitania de São Paulo principalmente para evitar os possíveis avanços dos espanhóis na fronteira Sul do Brasil, conforme atestaram os estudos de Nanci Leonzo e Heloisa Bellotto.¹ Desta forma, a preocupação em estabelecer uma população estável nessa região passou por propósitos claramente militares, constituindo a reorganização das tropas de auxiliares e de ordenanças, bem como a fundação de novos povoados e vilas, tal como o Forte Iguatemi, indícios claros desse projeto militar.²

O assentamento de pessoas em núcleos populacionais sólidos seria a maneira única, no entender da Metrópole, de se obter os necessários meios para o fortalecimento das tropas de infantaria e cavalaria, fossem elas de voluntários ou pagas.

Para as tropas pagas, além do soldo, havia privilégios outorgados aos integrantes desse corpo militar; no entanto, foram esses “privilégios” — típicos de uma sociedade estamental — que atraíram a “melhor gente” da terra para se incorporarem às tropas de auxiliares que eram de voluntários.³

* Doutorando em História Econômica pela F.F.L.C.H. da USP e bolsista pela FAPESP, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson H. Nozoe.

¹ LEONZO, Nanci. *As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus*. São Paulo: Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da USP, 1977. (Coleção Museu Paulista, série de História, v.6).; BELLOTTO, Heloisa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775)*. São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

² LEONZO, Nanci. *Idem*, pp. 178-181, 217-220.

³ Cf. MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n.esp., pp.799-811, 1983. Nesse artigo a autora afirma que “a classe dominante colonial seria uma réplica, ainda que deturpada, da sua contraparte metropolitana”, em

Apesar do significado militar que envolveu inicialmente a restauração da Capitania, devemos ressaltar que os objetivos da Corte iam mais além, ou seja, eram o de consolidar “os Domínios deste Estado do Brasil” no que se referia a sua “economia interior”.⁴ Portanto, a defesa militar era necessária não por si mesma, mas enquanto parte de uma estratégia em assegurar o povoamento, sem o qual uma política econômica não teria efeito. Para Bellotto: “Era antes na agricultura e no seu conseqüente comércio – que deveria situar-se a recuperação da Capitania.”⁵

Ademais, em várias correspondências entre a Coroa e seus representantes no Brasil foi expressa uma grande preocupação para com o estado da economia, proveniente de uma idéia que procurava vincular este ao problema do povoamento, solução efetiva para a defesa militar. O recém-empossado governador de São Paulo, Morgado de Mateus, em carta dirigida ao conde de Oeyras, futuro marquês de Pombal, dizia: “A raiz de todo o mal hé o methodo da lavoura que se pratica”, e algumas linhas adiante congratulava-se por ter recebido as seguintes providências:

*S. Mag.e que Deos Guarde já tem dado nesta materia huma grandissima providencia na Carta que foi servido dirigirme firmada de sua Real Mão de dous de Julho de mil setecentos e sessenta e seis, em que com admiravel rezolução mandou executar a Ley da policia e prohibir os Cítios volantes, e a Ordem para que moradores se ajuntem em Povoações civis de cincoenta vezinhos para cima.*⁶

Essas determinações vinham para a Capitania de São Paulo com o propósito de dar meios ao governador de combater uma das coisas que

que podemos inferir que esses “privilégios” eram importantes para aqueles que almejavam “viver a lei da nobreza”. DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo (D.I.), v.33, 1901, p.189. *Sobre os privilégios dos Corpos de Auxiliares.*

⁴ D.I., v. 73, 1952, p.88. *Carta ao Conde de Oeyras, S.Paulo 13 de Dezembro de 1766.*

⁵ BELLOTTO, Heloísa L. *Op. cit.*, p. 216.

⁶ D.I., v.23, 1896, pp.3 e 8. *Cartas ao Conde de Oeyras: Estado Político n.31.* Ver também neste mesmo volume, nas pp. 193 e 194, Carta de 4 de julho de 1767 de D. Luiz Antonio de Souza ao Conde de Oeyras “*Sobre a lavoura e productos naturaes do sólo da Capitania*”.

dificultavam os casamentos: “a vadiação dos homens”.⁷ Somente uma agricultura rentável faria o homem do campo, que vivia de um lado para outro, parar e se estabelecer, fincar raízes e, conseqüentemente, valorizar o bem existente sob os seus pés. Isto possibilitaria a sua fixação, sendo uma defesa natural que brota naqueles que vêem “suas casas e famílias” ameaçadas.

O processo não foi simples, nem tampouco bem-sucedido em todas as suas etapas. Não se limitou unicamente ao governo do Morgado de Mateus, porquanto às vésperas de sua partida, tanto ele quanto o futuro governador, Martim Lopes Lobo de Saldanha, havia recebido instruções do secretário de Estado para que os corpos de auxiliares

...não deveriam ser constituídos apenas por pessoas de posses e sim por aqueles que na paz cultivavam os solos, criavam gado e enriqueciam a terra com seu trabalho e na guerra com armas na mão defendiam das invasões inimigas seus bens, casas e famílias.”⁸

A família, desse modo, emergia como elemento importante na constituição dessa tática de defesa territorial, visto que sem ela era impossível a existência de uma população necessária ao estabelecimento de vilas, que por sua vez ofereceriam o contingente de recrutas para as tropas de soldados.

Paralelamente houve o crescimento da produção de açúcar na Capitania de São Paulo, que segundo Maria Thereza S. Petrone, deveu-se a uma política de exportação bem dirigida pelos capitães gerais, que aproveitaram a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior no período de 1765 até 1808, e procuraram aumentar o movimento dos portos paulistas, especialmente o da vila de Santos.⁹

Para Peter Eisenberg, outros dois elementos que estimularam a produção de açúcar foram: a guerra de independência das colônias anglo-americanas (1776-82), e a guerra de independência e revolução social na colônia

⁷ D.I., v. 23, 1896, p.380. *Carta de 31 de janeiro de 1768.*

⁸ LEONZO, Nanci. *Op.cit.*, p.223.

⁹ PETRONE, Maria T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo.* São Paulo: Difel, 1968, pp.140, 141, 151.

francesa de *Saint Domingue* (1791-1804). Estes fatos geraram a desorganização do mercado mundial de açúcar e acarretaram uma alta nos preços do produto por vários anos, principalmente na década de 1790, estimulando, portanto, os produtores do Oeste paulista, uma vez que nessa época o açúcar se constituía um dos mais importantes artigos de comércio entre as nações.¹⁰

Se não podemos negar a influência externa, como sendo fundamental para o desenvolvimento da lavoura comercial, o estabelecimento de uma estrutura portuária e de caminhos de ligação também foram essenciais. As notícias que vinham da Europa não poderiam ecoar na Capitania paulista se esta não se encontrasse com as condições mínimas para a produção e seu escoamento.

O papel da restauração de São Paulo em 1765 foi bem mais amplo do que se costuma imaginar, ultrapassando os desígnios militares, e visando ao estabelecimento de um povoamento sólido, através do qual poderia fixar uma economia baseada na agricultura comercial. As sucessivas ações governamentais prepararam uma infra-estrutura que possibilitou a exportação de diversos produtos, como mostram alguns mapas de cargas de navios que partiram rumo aos portos europeus, porém o açúcar brasileiro foi agraciado com as altas dos preços que fizeram dele o principal produto na pauta de exportação da Capitania até a primeira metade do século XIX. E a luta por concentrar a população dispersa, ao lado do incentivo ao crescimento populacional foram fatores determinantes para a reconstrução da Capitania.

O resultado da política iniciada pelo Morgado de Matheus para a capitania de São Paulo foi de uma transformação socioeconômica muito significativa, com o surgimento de novos núcleos populacionais e a passagem de uma economia baseada na agricultura de subsistência à exportação de açúcar. Para ilustrar esta situação basta vermos pelos recenseamentos que até 1769 o chamado Oeste Paulista tinha apenas duas vilas, Itu e Jundiaí, e que a partir deste

¹⁰ Cf. EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres*. Campinas, S.P.: Ed. da Unicamp, 1989, p.317 e 325; PETRONE, Maria T. S. *Op. cit.*, pp.140 e 151.

ano até 1836 surgiram as vilas de Mogi Mirim, Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Araraquara, Capivari e Franca.¹¹

2 - ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS DE CAMPINAS: O BAIRRO, A FREGUESIA E A VILA.

A atual cidade de Campinas teve seu princípio a partir da formação de um pouso destinado aqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo a região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire, se estendia “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”,¹² passando por Jundiaí, Campinas, Mogi-mirim, Mogi-guaçu, Casa Branca e Franca.

O recenseamento da população do “Bayrro do Mato Groço Cam.^o de Minaz”, futura vila de Campinas, mostra que a dita localidade pertencia à vila de Jundiaí no ano de 1767, e que era composta por 53 domicílios, ou fogos.¹³ Porém, a vida política de Campinas inicia uma mudança em 1774, quando a mesma atinge sua autonomia religiosa ao estabelecer a freguesia de N. Sra. da Conceição das Campinas, e para, ao final do século XVIII, exatamente no ano de 1797, estabelecer a independência política em relação a Jundiaí, tornando-se uma vila, batizada com o nome de São Carlos. Assim temos traçado os três períodos aludidos acima, o bairro, que compreende o momento anterior a 1774, a freguesia, que se inicia neste ano e se estende até 1797, e finalmente a vila, que findou em 1842, quando então seu nome de origem voltou a ser restaurado, e nasceu a cidade de Campinas.

¹¹ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, pp. 57-66.

¹² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976, p.83.

¹³ Fogo é o termo encontrado nas Listas Nominativas de Habitantes e designa o domicílio.

**TABELA 1: População Total
Campinas: 1767 - 1829**

ANO*	N.º Total de DOMICÍLIOS	N.º Total de HABITANTES	N.º Médio de Pessoas por DOMICÍLIOS
1767	53	268	5,1
1770	59	261	4,4
1774	57	475	8,3
1778	67	448	6,7
1782	93	560	6,1
1786	111	691	6,2
1790	177	1138	6,4
1794	249	1862	7,5
1798	368	2508	6,8
1814	717	5593	7,8
1829	950	8545	8,9

FONTES: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] – UNICAMP).
*Os dados para o ano de 1798 foram coletados em EISENBERG, Peter L. *Ob. cit.*, p.358.

A tabela 1 nos dá uma radiografia dos anos de formação e consolidação da vila de Campinas, através da indicação do número de domicílios, da população total encontrada nas listas nominativas ou censos, como também são conhecidos estes documentos, e do número médio de habitantes em cada domicílio. Considerando toda a população, verificamos que mesmo incluindo os escravos, a média de pessoas por domicílio não chegou a nove indivíduos, em todo o período. Nesse sentido, Campinas, mesmo com a crescente entrada de escravos a partir de 1780, manteve a média de habitantes pouco acima da encontrada por Marcílio para toda a Capitania de São Paulo.¹⁴ O cálculo da taxa geométrica anual média de crescimento entre 1778 e 1798 foi de 8,9%, e entre os anos de 1798 e 1829 foi de 4,1%, valores expressivos de uma sociedade com forte ritmo de crescimento populacional.¹⁵

¹⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.97.

¹⁵ Em Lorena, a taxa geométrica anual média, entre 1778 e 1798, foi de 1,8%. Cf. MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, S.P.: Editora Stiliano, 1998, p. 56.

A partir da última década do século XVIII Campinas passou a ter um crescimento populacional cada vez maior, no entanto, cabe frisar que em grande medida isto se deveu a expansão da lavoura canavieira, atraindo não só as pessoas de condição livre como também incentivou a entrada maciça de cativos na região.

**TABELA 2: Distribuição da População Total
Por Condição Social
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829**

ANO	CONDIÇÃO SOCIAL			
	LIVRES		ESCRAVOS	
	Números	%	Números	%
1774	388	81,7	87	18,3
1794	1364	73,3	498	26,7
1814	3700	66,2	1893	33,8
1829	3746	43,8	4799	56,2

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Como podemos notar pela observação da tabela 2, até 1814 a entrada de livres foi muito importante para o crescimento demográfico da vila campineira em termos absolutos, por exemplo, dos 527 chefes de domicílio que declararam a naturalidade, apenas 67 eram nascidos em Campinas.¹⁶ Por outro lado, o aumento relativo da população cativa foi paulatinamente se tornando mais expressivo, a ponto desse grupo se tornar majoritário em 1829. Sobre este momento Slenes afirma que “Açúcar e escravidão rapidamente tornaram-se praticamente ‘sinônimos’ em Campinas e o crescimento da população cativa foi explosivo: em torno de 18% ao ano entre 1789 e 1801, e 5% ao ano entre 1801 e 1829.”¹⁷

A variação decrescente sofrida pela população livre indica que a sociedade campineira sofreu uma transformação significativa, deixando de ser

¹⁶ Cf. TEIXEIRA, Paulo E. *Mulheres, domicílios e povoamento: Campinas, 1765 – 1850*. Franca, S.P., 1999. Dissertação (Mestrado em História) F.H.D.S.S., UNESP, p. 96.

¹⁷ SLENES, Robert W.. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. *População e Família*, São Paulo, v.1, n.1, jan./jun. 1998, p. 17.

uma sociedade “rural de autoconsumo” — com um elevado índice de livres —, para ser uma região de “agricultura voltada para a comercialização”, em que a presença de escravos, principalmente, tornou-se preponderante.¹⁸

Na base dessa sociedade, o escravo passou a ganhar maior importância para o estabelecimento de uma economia agrária voltada ao comércio, e em 1814, quando a vila de Campinas não tinha completado vinte anos de existência, a mesma já despontava como uma região com forte presença de mão de obra escrava, para em 1829 superar a antiga vila de Itu, e muitas outras.¹⁹

Todavia, embora tivesse ocorrido um aumento da população escrava de maneira geral, o que percebemos é que a posse de escravos sempre foi importante fator de diferenciação social e econômica, constituindo em prestígio para os seus detentores, o que vale dizer que a propriedade escrava constituía grande parte de sua riqueza. Assim, ao utilizarmos o índice de Gini para cada um dos anos estudados, notamos o aumento da concentração de riqueza na localidade campineira, expresso pelo aumento do índice de Gini de 0,46 em 1774 para 0,52 em 1794, e de 0,63 em 1814 para 0,67 em 1829.²⁰ Tais informações permitem notar a intensificação do processo de concentração de riqueza na forma de escravos entre o final do século XVIII e início do XIX, momento este que a lavoura canvieira assumiu importante papel econômico na vila de Campinas.

¹⁸ COSTA, Iraci Del N. *Op. cit.*, 1982, pp.90, 91. Nesse estudo de diversas localidades mineiras do início do século XIX, o professor Costa propõe quatro categorias para a classificação de localidades: Urbana, Intermédia, Rural de Autoconsumo e Rural-Mineradora. Embora o nosso estudo seja de apenas uma sociedade, o longo período permitiu visualizar, pelo menos, duas estruturas bem distintas em Campinas: Rural de Autoconsumo e Rural-Mineradora.

¹⁹ Luna e Klein, estudando a posse de escravos em algumas localidades de São Paulo em 1829, apontaram para as seguintes médias de escravos por proprietário: Itu = 11,0; Mogi = 4,6; São Paulo = 4,9. Em Campinas, nesse ano a média foi de 14,7. Cf. *Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.3, set./dez. 1990, p.370.

²⁰ “O índice de Gini corresponde a um coeficiente estatístico largamente utilizado para medir concentração de renda e riqueza. (...) quanto mais regularmente se distribui a renda ou riqueza, mais próximo de zero estará o valor do índice (zero no limite); correlativamente, quanto mais concentrada estiver a riqueza ou renda, maior será o valor do aludido índice que, no máximo, iguala-se à unidade.” LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE/USP, 1981, p.121, nota n.º 4. Utilizamos a variável “posse de escravos” como uma *proxy* da variável “riqueza”.

Confirmam essa posição os resultados apresentados pela tabela 3 que mostra a distribuição porcentual dos escravistas e seus cativos por faixas de tamanho de plantéis.

Ao considerarmos os proprietários de pequenas escravarias, isto é, aqueles com até 5 cativos, notamos que entre os mesmos se achava a maior parte dos senhores. Entretanto, quando avaliamos a posse de escravos nas mãos desses mesmos escravistas percebemos um movimento de queda dos números, representando a perda de importância desse grupo que em 1774 detinha 50,6% de toda escravaria e em 1829 chegou a compor apenas 6,4%.

TABELA 3: Distribuição Porcentual dos Proprietários de escravos e de Cativos de Acordo com Faixas de Tamanho dos Plantéis (FTP). Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

<i>FTP</i>	<i>% de Proprietários</i>				<i>% de Escravos</i>			
	1774	1794	1814	1829	1774	1794	1814	1829
1	24,0	16,2	19,8	21,4	6,9	2,4	2,1	1,5
2 – 4	60,0	39,2	39,6	26,9	43,7	15,8	11,6	4,9
5 – 9	12,0	18,9	16,4	16,2	22,9	17,1	11,7	7,2
10 – 19	0,0	20,3	8,4	14,4	0,0	39,2	12,4	13,7
20 – 39	4,0	4,1	9,4	9,5	26,5	14,5	27,8	17,2
40 e +	0,0	1,3	6,4	11,6	0,0	11,0	34,4	55,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: % = distribuição porcentual.

Por outro lado, há o crescimento constante de escravistas com mais de 40 cativos, e os mesmos passam a ser os responsáveis pela maior concentração de escravos nos anos de 1814, com 34,4%, e em 1829, com 55,5%. O número médio de escravos por proprietário para essa mesma faixa correspondeu a 50 cativos em 1814, e 70 em 1829.

Estas transformações indicadas acima proporcionaram mudanças significativas nas estruturas dos domicílios, assim distribuímos todos os fogos dos anos estudados pelos tipos de domicílio conforme classificação usada por Samara²¹, e que podem ser observados pela tabela 4:

**TABELA 4: Tipos de Domicílio.
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.**

TIPOS DE DOMICÍLIO	ANO							
	1774	1794	1814	1829	1774	1794	1814	1829
	<i>Números Absolutos</i>				<i>Números Relativos (%)</i>			
SINGULAR	1	1	15	72	1,7	0,4	2,1	7,6
DESCONEXO	2	25	74	177	3,4	10,1	10,3	18,6
NUCLEAR	17	135	387	444	29,8	54,2	54,0	46,8
EXTENSO	5	2	0	0	8,7	0,8	0,0	0,0
AUMENTADO	32	86	241	255	56,4	34,5	33,6	26,8
FRATERO	0	0	0	2	0,0	0,0	0,0	0,2
SOMA	57	249	717	950	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

A vida em um meio eminentemente rural parece ter dificultado a sobrevivência de pessoas que residiam sozinhas no bairro do “Mato Groço”, por

²¹ SAMARA, Eni de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, SECSP, 1989, pp. 26, 27, 189, 190. A escolha dessa classificação para tipificar os domicílios deve-se a alguns critérios adotados pela autora, que favoreceram a análise dos fogos dentro da perspectiva pretendida por esta pesquisa, ou seja, procurar perceber a importância da população livre no processo de povoamento estimulado a partir do governo do Morgado de Mateus. A primeira consideração sobre este modelo é que a categoria Singular representa apenas as pessoas que moravam sós. O tipo Nuclear representa tão-somente pessoas livres, casais, e indivíduos com filhos e netos, mas sempre sem a presença de escravos e/ou agregados. O tipo Extenso seria o Nuclear acrescido de mais parentes. Assim, estas três categorias representam domicílios constituídos apenas por pessoas livres. Os tipos Aumentado e Desconexo caracterizam-se pela presença marcante de escravos e/ou agregados vinculados a eles. A distinção entre ambos se faz, no caso dos domicílios Aumentados, pela presença de um núcleo familiar composto pelo casal/indivíduo e sua prole (filhos e netos), seguido ou não de parentes. Finalmente, o tipo Fraternal corresponde a domicílios sem chefe definido, mas com elementos aparentados, seguidos ou não de escravos e/ou agregados.

isso em 1774 encontramos apenas uma pessoa vivendo assim. A tendência de evitar o isolamento pessoal era uma característica marcada por uma sociedade fortemente influenciada pela cultura indígena. A prática do sítio volante, fortemente criticada pelo Morgado de Mateus, é um exemplo desse intercâmbio cultural. Outro exemplo é o mutirão, forma de trabalho estabelecida por ajuda mútua, em que os membros de um determinado grupo social participam para suprimir “as limitações da atividade individual ou familiar”. As atividades da lavoura e da indústria doméstica constituíam boas oportunidades para isso, garantiu Antonio Candido.²² Sobre isto o viajante Luís D’Alincourt descreveu um rancho que ficava próximo ao rio Capivari, antes de chegar à vila de Jundiaí, registrando a seguinte cena:

*...há um pouso, ou rancho [...] e uma casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, de ambos os sexos; por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho a que chamam muchiron na linguagem indiana; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as taréfas: o trabalho consiste em prepararem, e fiarem algodão, e fazerem roçados para as plantações. Desta sorte se empregam a gente pobre, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro; e as noites passam-nas alegremente com seus toques, e folias.*²³

Portanto, viver sozinho em Campinas, fosse para um homem ou uma mulher, tornou-se uma possibilidade somente quando a vila gerou oportunidades de trabalho que não a agricultura, e isto, como veremos, começou a acontecer a partir da primeira década do século XIX. Porém, foi apenas em 1829 que o número de domicílios singulares tornou-se representativo diante dos demais.²⁴ É curioso que o aumento de pessoas que viviam sós ocorreu principalmente na zona central da vila, onde principiou o processo de urbanização.

²² CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*, estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p.68.

²³ D’ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1976, p.49.

²⁴ Em 1814, dos 15 habitantes que viviam sós, 14 residiam na 1.^a Cia, enquanto em 1829 o número de domicílios singulares na 1.^a e 7.^a Cia, que correspondiam à região central da vila, chegou a 63,

Os domicílios desconexos, por sua vez, passaram a ser mais representativos em 1829, aproximando-se de 20% do total de domicílios, sendo que neste mesmo ano grande parte deles era encontrada na zona central da vila. Em outras palavras, mesmo indivíduos que viviam apenas na companhia de escravos e/ou agregados preferiam uma área mais segura para viver, fossem homens ou mulheres os chefes dessas casas. Além disso, é muito provável que vários desses senhores podiam mais facilmente garantir a sobrevivência de seu fogo através dos “jornais de seus escravos”, opção de ganho facilitada pela crescente demanda de serviços gerados pelo aumento da riqueza na vila.

Ao descrever o trabalho executado por escravos de ganho na cidade do Rio de Janeiro, Laima Mesgravis aponta para uma série de atividades descritas pelos viajantes da época, executadas por lavadeiras, pequenos comerciantes e vendedores — de capim, carvão de lenha, água, cestos, leite, milho, doces, etc. —, e principalmente por carregadores, fossem de “tigres” (barris destinados ao transporte da matéria fecal) ou de outra coisa qualquer.²⁵

Os dois mais numerosos tipos de domicílio, nuclear e aumentado, repousavam sobre uma base comum: a família composta pelo casal e filhos. A importância desses dois modelos de domicílio para o povoamento encontra-se no fato de serem os representantes e, ao mesmo tempo, responsáveis pela reprodução da maior parcela de livres. Assim, quando o Morgado de Mateus deu ordens ao diretor do povoamento de Campinas, Francisco Barreto Leme, para estabelecer a freguesia, paralelamente o governador emitiu um “bando” destinado a diversas localidades, procurando nelas incentivar o estabelecimento de casais.²⁶ Observando a tabela 4, notamos que no ano da elevação de Campinas a

ao passo que apenas 9 pessoas moravam sozinhas em bairros rurais. Cf. DAUPHIN, Cécile. Mulheres sós. In: DUBY, G., PERROT, M. (Dir.) *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995, v.4, p.481. A autora afirma que o celibato é sempre mais importante “na população urbana”.

²⁵ MESGRAVIS, Laima. *O viajante e a cidade: a vida no Rio de Janeiro através dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX*. São Paulo, 1987. Tese (Livre-Docência) - F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, pp.60-100, 114-120. O termo “tigres” referia-se também aos escravos encarregados do serviço.

²⁶ Cf. D.I., vol. 33, 1901, p. 161. *Bando de 27 de maio de 1774*.

freguesia (1774), os domicílios aumentados — aqueles compostos pelo núcleo familiar acrescido de escravos e/ou agregados — superavam todos os demais, não só quanto à frequência do tipo de domicílio, mas também quanto ao número de pessoas que viviam nessas casas. Entretanto, a partir desse período o número de domicílios nucleares cresceu grandemente, elevando a quantidade de pessoas livres a ponto de, em 1794, cerca de metade da população livre ser representada em domicílios nucleares, indicando a importância de homens e mulheres livres no processo de povoamento dirigido inicialmente pelo governo do Morgado de Mateus.

No ano de 1829 ainda havia o predomínio desses dois tipos de domicílio, mas com o crescimento porcentual dos domicílios singulares e desconexos, associado diretamente, por um lado, à diminuição da população livre, e de outro, ao aumento do número de escravos (cf. tabela 2), notamos que os domicílios nucleares tiveram sua importância reduzida nesse momento do processo de povoamento. As causas disto parecem estar relacionadas ao aumento e concentração da riqueza entre os senhores de engenho, forçando a migração de inúmeras famílias, constituídas de casais e filhos, para as novas terras ao oeste.

Em suma, embora os domicílios nucleares mantivessem expressiva participação diante da composição total dos fogos (46,7%), o que constatamos é que houve uma grande evasão de casais com filhos. A saída dessas famílias de Campinas foi responsável pela estagnação do crescimento da população livre, que em 1814 era de 3.393, e em 1829 atingiu a marca de apenas 3.466 pessoas.

Estudando a estrutura domiciliar na Capitania de São Paulo entre 1765 e 1828, Maria Luiza Marcílio verificou “o forte predomínio da família do tipo conjugal”.²⁷ Na cidade de São Paulo a importância da família nuclear foi atestada por Samara, que demonstrou o domínio desse tipo de domicílio, o nuclear.²⁸ E Ida Lewkowicz afirma que em Mariana, Minas Gerais, “na primeira metade do século

²⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Op. cit.*, p.98.

²⁸ SAMARA, Eni de M. *Op. cit.*, p.28.

XIX, percebe-se que a tendência prevalecente era a formação de domicílios simples ou singulares como padrão dominante.”²⁹

Importa notar que o termo “simples” refere-se aos domicílios compostos por casais, casais com filhos, e homens ou mulheres — solteiros ou viúvos — com filhos. Esta conceituação está vinculada ao quadro teórico elaborado por Iraci Del Nero da Costa, quando o mesmo realizou diversos trabalhos com os censos de Minas Gerais. Em estudo comparativo entre oito localidades distintas, o resultado obtido sempre foi favorável aos “domicílios simples (correspondentes às famílias nucleares)”.³⁰

Este foi o contexto, em Campinas, do surgimento de um maior número de mulheres chefes de domicílio, tanto aquelas que viviam sós, quanto as que viviam na companhia de parentes, escravos e agregados. A tabela 5 exemplifica a proporção de mulheres chefes de domicílios em anos selecionados:

**TABELA 5: Sexo dos Chefes de Domicílio.
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.**

SEXO	ANO 1774		ANO 1794		ANO 1814		ANO 1829	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
MASCULINO	49	86,0	218	87,6	638	89,0	723	76,1
FEMININO	8	14,0	31	12,4	79	11,0	227	23,9
Total	57	100,0	249	100,0	717	100,0	950	100,0

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

A chefia feminina em domicílios sempre existiu ao longo do período estudado, mas somente em 1829 é que passou a ser mais significativa, chegando a compreender quase um quarto do total de domicílios. Outras localidades

²⁹ LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1992. 344p. Tese (Doutorado em História) - F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, p. 140.

³⁰ COSTA, Iraci del Nero. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982, p.78.

analisadas, no Brasil e na América Latina, indicaram diferentes graus de participação de mulheres que foram responsáveis por suas casas.

Donald Ramos³¹ encontrou no ano de 1804, em Vila Rica, 45% de mulheres chefes de domicílio. Eni de Mesquita Samara³² anotou 36,8% de chefaturas femininas para a cidade de São Paulo em 1836, enquanto em Assunção, capital do Paraguai, as mulheres eram, em 1846, as responsáveis por 46% das casas, segundo estudo de Barbara Potthast-Jutkeit.³³ Em Santana de Parnaíba, A. Metcalf³⁴ assinalou 28% de chefias femininas em 1775, e Díaz e Stewart,³⁵ pesquisando uma localidade baiana chamada Santiago Maior do Iguape, situada numa região canavieira, notaram a presença de 33,2% de domicílios com chefatura de mulheres no ano de 1835. A cidade do México, por sua vez, apresentou 28,3% de chefias femininas em 1811, e 35,5% em 1848, conforme estudo de Silvia Arrom.³⁶

Examinando os domicílios chefiados por homens e mulheres, buscaremos entender as modificações operadas pelo processo de povoamento que foi seguido pela expansão da lavoura de cana, responsável direta pelo aumento da riqueza na região.

³¹ RAMOS, Donald. Single and married women in Vila Rica, Brazil, 1754-1838. *Journal of Family History*, Greenwich, v.16, n.3, 1991, p. 264.

³² SAMARA, Eni de Mesquita. *Op. cit.*, p.37

³³ POTTHAST-JUTKEIT, Barbara. The ass of a mare and other scandals: marriage and extramarital relations in nineteenth-century Paraguay. *Journal of Family History*, Greenwich, v.16, n.3, 1991, p.229.

³⁴ METCALF, Alida. Searching for the slave family in colonial Brazil. *Journal of Family History*, Greenwich, v.16, n.3, 1991, p.290.

³⁵ DÍAZ, Arlene J., STEWART, Jeff. Occupational class and female-headed households in Santiago Maior do Iguape, Brazil, 1835. *Journal of Family History*, Greenwich, v.16, n.3, 1991, p.305.

³⁶ ARROM, Silvia M. *Las mujeres de la ciudad de México, 1790-1857*. México: Siglo Veintiuno, 1988, p.162.

3- HOMENS E MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO.

Quando observamos o estado conjugal dos chefes de domicílio, notamos que entre os homens a condição de casado impunha-se sobre as demais. As mulheres, por sua vez, tornavam-se chefes principalmente quando ocorria a morte dos maridos, ou seja, em Campinas as viúvas predominavam como chefes de domicílio. Este é um resultado diferente daquele encontrado para o Brasil, onde as solteiras eram mais representativas.³⁷

Embora o panorama geral tenha se alterado após 1814, com o aumento do número de solteiros entre homens e mulheres, ainda assim as viúvas sobressaíam-se como o grupo mais representativo entre as chefias femininas em 1829 (cf. tabela 6).

TABELA 6: Sexo dos Chefes de Domicílio pelo Estado Conjugal e Faixa Etária. Campinas: 1829.

ANO 1829 FAIXA ETÁRIA	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO		
	<i>solteiro</i>	<i>casado</i>	<i>viúvo</i>	<i>solteira</i>	<i>casada #</i>	<i>viúva</i>
10-19	0	11	0	6	0	1
20-29	13	121	3	27	9	9
30-39	24	156	6	14	8	17
40-49	9	165	8	15	2	45
50-59	4	106	8	7	3	25
60+	3	62	13	1	1	32
TOTAL	53*	621**	38	70	23	129

FONTES: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

* Entre os solteiros encontra-se um clérigo.

** Entre os casados acham-se 4 que tinham mulheres ausentes.

Casada com marido ausente.

Obs.: Do total de 950 domicílios, apareceram 8 chefes que não tinham suas idades identificadas e outros 8 homens com estado conjugal indeterminado.

A tabela 6 ainda informa que o crescimento de solteiros entre os chefes de domicílio foi maior entre as mulheres, algo interessante para uma

³⁷ SAMARA, Eni de M. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *História*, São Paulo, v.12, 1993, p. 59.

sociedade que tinha sua base econômica na produção rural, e que, dadas as exigências do ritmo de vida vinculado ao cultivo da terra, impunha a necessidade da formação de mutirões e, neste caso, pelo menos a presença da família — mulher e filhos — era fundamental.

Como assinalamos, o ano de 1829 apresentou um grande número de domicílios singulares e desconexos, sendo que nos primeiros eram as mulheres solteiras que predominavam como chefes de domicílio, enquanto os homens solteiros viviam ao lado de um maior número de escravos e/ou agregados, caracterizando a formação de domicílios desconexos. Estaria o aumento do número de domicílios de solteiros em 1829 indicando o princípio da urbanização de Campinas? Se aceitarmos a posição de Donald Ramos, poderemos dizer que sim, pois, segundo ele, “para as mulheres solteiras, a cidade oferecia uma oportunidade melhor”.³⁸

Ser casado, para os homens, representava especialmente constituir-se chefe de uma família com uma mulher e filhos, no caso dos domicílios nucleares, ou então, juntamente com este núcleo familiar, ser servido por escravos e agregados, compondo assim um domicílio aumentado.

O marido ausente, por sua vez, fazia a condição de muitas senhoras casadas, uma vez que encontramos apenas quatro homens casados com mulheres que não estavam presentes no domicílio na época do recenseamento de 1829. Assim, este fato marcava principalmente a vida das mulheres. A procura por trabalho, o comércio e o cumprimento dos deveres militares levava muitos homens a irem para lugares distantes.

O abandono da casa podia ser um recurso usado tanto por homens quanto por mulheres, entretanto, parece que no caso delas isso estava associado aos maus tratos e espancamentos sofridos no lar; não obstante, se a ausência fosse justificada por motivos dignos ou não, o resultado demonstra que

³⁸ RAMOS, Donald. União consensual e a família no século XIX – Minas Gerais, Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.3, set./dez. 1990, p.403. Compartilhando esse mesmo pensamento, Oliveira afirma que a cidade torna “economicamente viável a subsistência da mulher independentemente de um marido”. OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de . *Classe social, família e reprodução: reflexões teóricas e referências empíricas*. São Paulo: FAU-USP, Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979. (Cadernos de Estudos e Pesquisas, 3), p.28; e também DAUPHIN, Cécile. *Op. cit.*, p.480.

as maiores prejudicadas eram as mulheres, pois em muitos casos elas não estavam sozinhas, e sua vida tornava-se mais penosa com a criação dos filhos, quando pequenos.

Outro fator que merece destaque é o número sempre maior de viúvas em relação aos homens no mesmo estado, e que está relacionado à diferença de idade entre os cônjuges, que em média era de oito a dez anos. Além disso, parece-nos que para o homem a chance de vir a contrair novo casamento era maior que para a mulher.³⁹ Segundo os registros paroquiais de casamento de Campinas, de 996 matrimônios realizados entre a população livre de 1774 a 1818, eram viúvos 138 noivos contra 66 noivas na mesma condição. Ao avaliarmos a faixa de idade dessas pessoas, notamos que o maior número de viúvos tinha mais de 60 anos, enquanto as mulheres enviuvadas predominavam na faixa dos quarenta.⁴⁰

Ao consultarmos os inventários, foi comum encontrar no rol de herdeiros os filhos de segunda e terceira núpcias, especialmente entre os homens. As viúvas, como herdeiras de seus maridos, em sua maioria continuavam a reproduzir os padrões existentes entre os domicílios de casais, e por isso foram mais comuns os domicílios *nuclear* e *aumentado* entre elas.

O casamento tardio, como foi atestado por outros estudos⁴¹, funcionaria como uma forma de controlar a natalidade; entretanto, como explicar isto se havia uma franca política que estimulava não só a formação de casais, como também as funções reprodutoras da mulher, dentro de uma ampla política

³⁹ Em Salavina, um distrito produtor de trigo na Argentina, portanto com características econômicas semelhantes a Campinas, a situação dos homens viúvos no mercado matrimonial foi mais vantajosa. Cf. FABERMAN, Judith. Família, ciclo de vida y economía doméstica. El caso de Salavina, Santiago Del Estero, en 1819. *Boletín del Instituto de História Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires, Tercera serie, n.12, II semestre 1995, p.42.

⁴⁰ FONTE: Registros Paroquiais de Campinas, vol. 1 e 2 (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas). Em Vila Rica (1804) e Mariana (1809), as viúvas foram preponderantes também nessa faixa de idade, porém em Mariana, no ano de 1831, passaram a predominar aquelas que tinham mais de 60 anos. Cf. LEWKOWICZ, Ida., GUTIÉRREZ, Horacio. As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Estudos de História*, Franca, v.4, n.1, 1997, p.139.

⁴¹ Cf. HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DUBY, G., PERROT, M. (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995, v.3, p.56; FLANDRIN, J. L. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1992, p.206.

de povoamento? A questão do pátrio poder deve ter influenciado esse comportamento em razão de que até a idade de 25 anos os filhos estavam sujeitos aos pais, e só começavam uma vida independente a partir dessa idade. Porém, devemos salientar que à medida que crescia o número de domicílios em Campinas, aumentavam também aqueles que não possuíam filhos.⁴²

Observando a tabela 7, que apresenta alguns indicadores estatísticos, notamos que no decorrer das transformações políticas e econômicas processadas em Campinas, houve uma diminuição na média do número de filhos. Para 1814, o valor da moda indicou uma frequência maior de casais com apenas um filho, coexistindo com outros domicílios mais numerosos. Todavia, a queda do valor mediano de 3 para 2, em 1829, demonstra a presença crescente de casais com poucos filhos.

TABELA 7: Número Médio, Mediano e Moda dos Filhos de Chefes de Domicílio. Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

ÍNDICE	ANO			
	1774	1794	1814	1829
MÉDIO	4,19	3,73	3,05	2,79
MEDIANO	4,00	3,00	3,00	2,00
MODA	4	3	1	1

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Quando analisamos a média do número de filhos entre os chefes de domicílio por suas ocupações⁴³, podemos perceber que as famílias de senhores de engenho e de negociantes eram as mais numerosas em 1814, chegando a ter, por exemplo, cinco filhos em média. Comparando aos dados de 1829, vimos que mesmo as atividades mais representativas apresentaram uma queda na média de filhos existentes nos domicílios, correspondendo à tendência

⁴² As proporções de domicílios sem filhos para os seguintes anos são: 1774 = 15,8%, 1794 = 20,9%, 1814 = 23%, e 1829 = 39,4%. FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

⁴³ Cf. TEIXEIRA, Paulo E. *Op. cit.*, p. 83.

de queda na média geral, porém notamos que as profissões que tinham maiores rendas eram as que ainda mantinham mais filhos.

Estes resultados levam a concluir que os dados obtidos pelos censos servem para avaliar apenas a média do número de filhos presentes nos domicílios, e por isto não podem representar o tamanho da família.⁴⁴ Dizer que o domicílio encolheu em razão da diminuição do número de filhos presentes não deve nos levar a achar que a “família como instituição de reprodução tornou-se numericamente menos importante na década de 1820”⁴⁵, como disse Peter Eisenberg.

A família continuava a se reproduzir e a ser o fundamento do processo de povoamento, entretanto, a mesma se ramificava, seguindo a marcha para o Oeste.

Descrevendo este movimento ocorrido durante o período de implantação da economia cafeeira, Marina Maluf expõe o pensamento muito apropriado do historiador Amaral Lapa, ao dizer:

*Os “primeiros tempos” caracterizaram-se pela antecendência da fronteira demográfica sobre a econômica; são marcados por dificuldades e tensões, e a produção é essencialmente voltada para a subsistência. Quando ambas as fronteiras – demográfica e econômica – confundem-se em termos de mercado, está superada a etapa de subsistência como atividade principal.*⁴⁶

Comentando sobre a razão de sexo da população livre de Campinas, no período de 1800 a 1829, Valter Martins afirma que havia uma tendência ao equilíbrio entre os sexos.⁴⁷ Vejamos a tabela 8:

⁴⁴ Esta é uma reflexão sobre a crítica feita anteriormente por Flandrin à dimensão média dos lares que foram avaliados pelos censos. Cf. FLANDRIN, Jean-Louis. *Op. cit.*, pp.64 – 68.

⁴⁵ EISENBERG, Peter L. *Op. cit.*, p. 339.

⁴⁶ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p.143.

⁴⁷ Cf. MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p.33.

**TABELA 8: Razão de Sexo da População Livre segundo Faixa Etária
Campinas: 1767 – 1829**

RAZÃO*	1767	1770	1774	1778	1782	1786	1790	1794	1800	1817	1829
- 12	83	95	92	108	76	78	87	111	102	108	124
12 – 60	91	88	90	89	86	80	85	88,6	95	96	84
+ 60	100	250	110	240	130	141	163	133	92	134	127
Total	88	93	92	99	84	82	88	98	98	101	95

*A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por um grupo de 100 mulheres.

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp). Os dados para os anos de 1800, 1817 e 1829, foram realidade a faixa de até 9 anos, ao passo que a faixa seguinte corresponde de 10 a 59.

Ao observarmos a tabela 8, notamos a preponderância do sexo feminino entre o segmento livre da população, algo que vem corroborar aquilo que foi observado por Marcílio para a capitania de São Paulo.⁴⁸ Entretanto, algumas considerações devem ser feitas nesse caso, pois a razão de sexo é desfavorável não só para a população masculina em idade adulta, mas ocorre também entre a população infantil. Assim, a idéia de que os constantes recrutamentos eram a causa para se entender o predomínio de mulheres deve ser repensado sob a luz de novas investigações. Além disso, os dados acima atestam algo diferente daquilo que foi sugerido por Marcondes, ou seja, de que “no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração principalmente de homens das áreas mais antigas”.⁴⁹ O que notamos no princípio da ocupação de Campinas, quando a mesma era um bairro rural de Jundiáí, foi a forte presença de casais, caracterizada pelos domicílios nucleares, isto é, aqueles compostos pelo casal, ou o casal com filhos. Assim, o processo migratório para as áreas de fronteira podem ter diferido muito dado o tipo de exploração econômica da referida região, sendo

⁴⁸ Cf. MARCÍLIO, Maria L. *Op. cit.*, p.83.

⁴⁹ MARCONDES, Renato L. *Op. cit.*, p.60.

que para o nosso caso a participação das mulheres foi essencial, fosse ao lado de seus maridos, ou mesmo sozinhas.⁵⁰

Ao considerarmos a faixa daqueles que atingiam os 60 anos de idade, notamos uma razão de sexo bastante elevada, indicando que os riscos de morte para as mulheres deveriam ser maiores, especialmente no que diz respeito ao momento de um parto.

Com relação aos filhos dos chefes de domicílio de maneira geral, podemos afirmar que existiu um ligeiro predomínio do sexo masculino. Porém, as tabelas 9 e 10, referentes à razão de sexo entre os filhos de homens, e de mulheres chefes de domicílio, apresentaram resultados bem diferentes.

A tabela 9 indica que entre os casais havia um equilíbrio entre os sexos dos filhos, com ligeiro predomínio de filhos homens nos anos de 1814 e 1829.

TABELA 9: Razão de Sexo entre os Filhos de Homens Chefes de Domicílio. Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

ANO			
1774	1794	1814	1829
100	100,9	105,5	104,1

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

TABELA 10: Razão de Sexo entre os Filhos de Mulheres Chefes de Domicílio. Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

ANO			
1774	1794	1814	1829
141,6	170,9	132,9	122,3

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Como podemos notar pela tabela 10, os domicílios de chefias femininas tinham maior quantidade de filhos homens, indicando que com a falta do

⁵⁰ A chefia feminina de domicílios em Campinas pode ser compreendida em parte por esse processo migratório. Em 1829 haviam 54 fogos singulares dirigidos por mulheres contra apenas 18 liderados por homens. Cf. TEIXEIRA, Paulo E. *Ob. Cit.*, p. 246.

pai, estes permaneciam ao lado da mãe. Embora fossem poucos os domicílios chefiados por mulheres antes de 1829, um grande número deles vivia do campo, e neste sentido os braços fortes dos filhos homens eram necessários a essas mulheres, não só pelo trabalho em si, como também para servirem de protetores, algo importante para um ambiente em que a violência era muito comum, como demonstrou Maria Silvia de C. Franco.⁵¹ Vejamos a tabela 11:

TABELA 11: Razão de Sexo dos Filhos de Chefes de Domicílio pelo Estado Conjugal e Sexo. Campinas: 1829.

ESTADO CONJUGAL	SEXO	
	Feminino	Masculino
Solteiro	100	100
Casado	212,5	105
Viúvo	119	94

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

No caso das mulheres casadas com maridos que estavam ausentes, a tabela 11 informa que os filhos homens chegaram a ser o dobro do número de filhas. Entre as viúvas havia uma tendência para que os filhos homens permanecessem ao lado de suas mães, enquanto para os viúvos a situação se invertia, não na mesma proporção, mas o suficiente para demonstrar que as filhas representavam um papel importante nesse período da vida de seus pais. Na cidade de São Paulo também foi encontrada essa “tendência” em relação à permanência de filhas solteiras nos fogos dos pais.⁵²

No entanto, a menor proporção de filhas entre os viúvos pode ser explicada pela maior incidência com que aconteciam casamentos entre homens viúvos e outras mulheres, muitas vezes mais jovens que eles. De qualquer forma, a presença de filhos do sexo oposto ao do cônjuge enviuvado parece demonstrar que na ausência de um dos parceiros, uma parte dos papéis desempenhados

⁵¹ Cf. FRANCO, Maria Silvia C. *Homens Livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976, p.39.

⁵² SAMARA, Eni de M. *Op. cit.*, 1989, p.59.

pelo companheiro ausente era substituída por um filho, no caso da mãe viúva ou abandonada, e de uma filha, no caso do pai.

A raça, ou cor, como é designada nos censos de 1814 e 1829, demonstra que houve um predomínio de chefes de domicílio brancos. Pode ser estranho aos nossos olhos que isto acontecesse em uma terra onde o elemento branco era minoritário. O primeiro problema estava no próprio recenseador, ou melhor, no que ele entendia por branco, pardo e negro. O segundo, dizia respeito aos índios e seus descendentes, pois muitos se julgavam brancos, como atestou o marechal Rendon. Na tabela 12, os resultados apontam para um “branqueamento” entre os chefes de domicílio, embora houvesse o surgimento de alguns negros nessa posição.

**TABELA 12: Cor dos Chefes de Domicílios
Campinas: 1814 e 1829.**

RAÇA	1814		1829	
	Número	%	Número	%
Branca	421	58,7	677	71,3
Parda	295	41,2	261	27,5
Negra	0	0	9	0,9
Indefinida	1	0,1	3	0,3
TOTAL	717	100,0	950	100,0

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – UNICAMP).

Por outro lado, quando examinamos a estrutura dos domicílios pela raça e sexo dos chefes de domicílio, notamos que 75% dos que eram pardos, em 1814, viviam em domicílios nucleares, o que implica dizer que os mesmos provinham de camadas sociais pobres e sem muitos recursos para a compra de escravos. Entre a população branca desse mesmo ano, os domicílios nucleares representavam apenas 38%, enquanto os aumentados e desconexos, responsáveis pela posse de escravos, atingiam 60% dos chefes de domicílio dessa cor. Esses dados reforçam a relação cor-condição social, em que o prestígio vinha pela riqueza e ascendência branca. Era a “pureza de sangue” demonstrando seu vigor, mesmo no final do período colonial. Em relação ao ano de 1829, permaneceu a mesma tendência verificada em 1814, com aumento da

concentração de riqueza existente nos domicílios de brancos, visto que elevou o número de escravos e diminuiu a proporção de fogos com escravos para 56%.⁵³

Outro elemento focalizado sobre as chefias de domicílio foi quanto à origem ou naturalidade dessas pessoas. Pelas Listas Nominativas de 1814 e 1829 percebemos que grande parte do contingente populacional provinha de localidades vizinhas a Campinas, como Nazaré, Atibaia, Jundiaí, e Itu, para citarmos as mais representativas. Esse quadro é válido tanto para os homens quanto para as mulheres chefes de domicílio. Cabe notar que a própria vila de Campinas passou a ser a primeira localidade a gerar o maior número de chefes de domicílio, demonstrando assim que a vila havia adquirido uma base demográfica sólida e necessária para o crescimento da mesma.

Finalmente, uma palavra sobre a ocupação daqueles que chefiavam seus domicílios. Em 1814, os que foram designados de lavradores e agricultores representavam 51% do total de chefes de família. Se acrescentarmos as demais ocupações que estavam ligadas diretamente ao campo, como os senhores de engenho, os administradores, os plantadores de cana, e os que nada colheram, o índice eleva sua marca para 66% do quadro geral. Entre as mulheres chefes de família a proporção foi semelhante, ficando em torno de 58%.

Em 1829 a situação alterou-se, e a participação dos domicílios de agricultores e lavradores caiu para 32% do total de chefes de domicílio. Esta redução está diretamente associada ao crescimento de ocupações ligadas ao comércio (negociante, agencias, venda), e à prestação de serviços (ferreiros, carpinteiros, costureiros, diaristas ou jornaleiros, etc.). Em 1814 estavam engajados nessas atividades não agrícolas, cerca de 19% dos domicílios, ao passo que em 1829 este índice saltou para 43% do total de fogos. Isto não representa que o campo deixou de ser menos importante economicamente, pois a camada de senhores de engenho não apenas cresceu em número, mas em poder, uma vez que a mesma passou a produzir mais açúcar e a ter mais escravos. Enquanto Campinas permaneceu como um grande bairro rural, as mulheres permaneciam encolhidas diante do quadro geral de profissões. Por exemplo, em

⁵³ Cf. TEIXEIRA, Paulo E. *Op. cit.*, p. 92.

1814, as mulheres chefes de domicílio não viviam de agências, não eram negociantes e, mesmo como costureiras, eram em número inferior ao de homens que exerciam essa profissão. Assim, a participação da chefia dos fogos femininos em 1814 representava apenas 10,9%, sendo que a metade correspondia ao número de mulheres que viviam como agricultoras.

No ano de 1829, as mulheres do campo que trabalhavam como agricultoras eram apenas 3% do total, porém passaram a dividir com os homens outras atividades, como “viver de agência”, ser “negociante”, viver de “seu trabalho”, e principalmente ser costureira, superando inclusive os homens que tinham este ofício, com uma participação feminina de 7,5%.⁵⁴ Diante do quadro geral, a participação dos domicílios chefiados por mulheres chegou a 23,9%, um crescimento nada desprezível para uma vila do interior, e numa área de expansão da economia açucareira paulista.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Enfim, quando analisamos a posse de escravos entre o grupo de proprietários, vimos que no período entre 1814 e 1829 Campinas passou por um processo de concentração de riqueza, e no caso específico dos pequenos proprietários, estes tiveram uma queda na participação do total de escravos.

Esse foi o contexto geral do surgimento de um maior número de mulheres chefiando domicílios próprios.⁵⁵ Até 1814 eram poucos os domicílios nessa condição, e os que havia compunham um grupo predominante de viúvas que residiam nos bairros rurais, vivendo como agricultoras, ocupação que nesse ano reuniu o maior índice de chefias femininas. Porém, de maneira semelhante a muitos agricultores do sexo masculino, as mulheres nessa condição parecem ter sofrido grandes pressões para deixar a terra. Para a maioria, talvez a única opção,

⁵⁴ Em Vila Rica a costura era a primeira ocupação entre as mulheres chefes de domicílio. Cf. RAMOS, Donald. *Op. cit.*, 1990, p.403.

⁵⁵ Cf. RAMOS, Donald. *Op. cit.*, 1990, p.404. Nesse estudo, o autor pesquisou várias localidades de contextos econômicos distintos, encontrando de forma comum domicílios chefiados por mulheres, exceto “em uma área de expansão econômica”. O exemplo de Campinas, por meio dessa pesquisa, demonstra exatamente aquilo que o autor não encontrou em Minas.

sem deixar a vila, foi partir para o centro da mesma, e ali comprar ou alugar uma casa. Viver de esmola, vender alguma coisa, costurar, enfim, era necessário adaptar-se à nova vida, e muitas o fizeram.

Mas nosso interesse pelas mulheres chefes de domicílio não residiu apenas nos números aparentemente significativos que indicaram a existência de considerável parcela de fogos dirigidos por elas, pois quando examinamos o porcentual de dependentes sob o teto dessas casas, notamos que os números são pequenos. Por exemplo, entre os anos de 1774 a 1814, a quantidade de pessoas livres, escravas e agregadas morando nesses domicílios oscilou entre 9% e 9,9% do total da população correspondente a cada ano, sendo que somente em 1829, quando havia 23,9% de domicílios chefiados por mulheres é que o total da população dependente chegou a 15,7%.

Entretanto, foi no centro da vila o local em que as mulheres eram notadas por quem ali passasse. Em 1814, o centro era representado nos censos pela 1.^a Cia, porém o aumento do número de novas moradias trouxe a necessidade de classificar a área em duas partes, e assim foi criada a 7.^a Cia, que encontramos no ano de 1829. Não obstante esse crescimento, o centro administrativo, religioso e comercial ainda apresentava características marcadas por uma vila rural, a ponto de existir domicílios nessas duas Companhias com numerosos plantéis de escravos, indicando a proximidade de algumas fazendas da região central.

Dado o surgimento de casas chefiadas por mulheres, e visto que as mesmas se estabeleceram principalmente no centro da vila, o quadro que desejamos ilustrar é o de que em 1829, na 1.^a Cia havia 78 domicílios de chefaturas femininas, representando 44% dos existentes nessa área, enquanto na 7.^a Cia existiam 87 casas dirigidas por mulheres, correspondendo a 40% do total, ou seja, homens e mulheres que viviam no centro da vila praticamente dividiam o espaço em dois, compondo uma paisagem mais dinâmica na medida em que estas mulheres saíam de suas casas para obter o próprio sustento.

Olhar essas mulheres de onde nos encontramos hoje é difícil. Compreender os valores dessa sociedade, a existência da escravidão, o mundo

das tropas e dos cavalos como meios de locomoção, isto e muito mais é algo fascinante e ao mesmo tempo complexo. Por isso, todos esses números se justificam, e na busca do passado eles são uma referência porque atrás de cada um deles estiveram homens e mulheres. Homens registrando a colheita milionária ou simplesmente mencionando “nada colheu”. Homens trabalhando, casando, criando filhos... Mulheres vivendo sós... Mas como viver só num mundo onde as pessoas não são bonecos, e onde o contato com o outro parece inevitável, e em certo sentido desejável?

Estudar as mulheres como chefes de família não é apenas nos limitarmos a números que parecem frios e destituídos de vida, mas é também nos interrogarmos a cada momento à procura do sentimento, da razão, e até mesmo da emoção vivida pelas mulheres, transpondo as portas de um conhecimento que foi somente delas, enquanto filhas, mães, esposas, viúvas, amantes, e até chefes de um domicílio.